

A panacéia e a paciência do povo

6 DEZ 1961

PAULO LUSTOSA*

Se o plenário da Assembleia Nacional Constituinte confirmar a decisão da Comissão de Sistematização e fixar em quatro anos o mandato do presidente Sarney, há alguns riscos que precisam ser contornados com a máxima atenção pela classe política.

O primeiro deles diz respeito à própria eleição. Ela não pode ser servida à sociedade como uma panacéia, que irá resolver todos os seus problemas. Não irá, como é óbvio. A eleição, em si, não resolve problema algum. Apenas cria condições políticas mais favoráveis para que os problemas comecem a ser resolvidos.

A solução, porém, só virá a partir do esforço conjunto de toda a sociedade — com trabalho, espírito de renúncia, engenhosidade e paciência. Para alguns, isso pode parecer evidente. O certo, no entanto, é que não tem sido assim. Ao longo dos últimos anos, desde a memorável campanha das diretas-já, de 64, a sociedade brasileira foi mobilizada pelos políticos para atuar diretamente na remodelagem do País.

Foi, sem dúvida, um momento grandioso. Só que, por

equivoco ou má-fé (ou ambos), foi sendo inoculada nas pessoas a convicção de que aquela conculista — as diretas — iriam, num passe de mágica, resolver todas as aflições do País: salário mínimo, fome, desemprego, abastecimento, dívida externa etc. As diretas não vingaram, mas, para não permitir que o povo se desmobilizasse, as energias ali concentradas foram direcionadas para a candidatura Tancredo Neves-José Sarney.

A eleição de ambos fundaria uma Nova República e esta, por si só — e sem que ninguém tivesse que se sacrificar —, resolveria todos os problemas nacionais. Mais uma vez, a panacéia.

Quando finalmente tomou posse, após a tragédia de Tancredo, o presidente Sarney defrontou-se com um volume de expectativas conflitantes e imediatas que simplesmente não estava ao alcance de nenhum ser humano atender. Não dispunha da varinha de condão que permitisse baixar a inflação sem dor, estimular o crescimento sem esforço, saldar a dívida externa sem sacrifício da poupança interna etc. etc.

Surge, então, o Plano Cruzado, uma boa idéia desperdiçada pela cupidiz eleitoral do PMDB, que não permitiu os ajustes necessários e iludiu a

boa-fé do Presidente. O Plano foi servido à opinião pública como a poção mágica que, enfim, resolveria todas as aflições nacionais. Ele, no entanto, era apenas um ponto de partida, não a chegada. E esse equivoco foi fatal, como se veria a seguir.

A quarta panacéia não demoraria. Foi ela a Assembleia Nacional Constituinte. Foi servida à opinião pública como o grande remédio para todos os males nacionais. Havia um slogan do PMDB que dizia “Do feijão à Constituição”, sugerindo que a Constituinte iria até mesmo colocar comida na panela do pobre.

Isso explica o volume de sugestões absolutamente despropositadas que chegaram aos constituintes. Houve propostas em torno do congelamento das passagens de ônibus, outra de distribuição de cestas básicas alimentares etc. Para a população, a Constituinte não era exatamente o reordenamento jurídico-político do País, mas o próprio Paraíso na Terra, a distribuir o maná da redenção.

Mais uma frustração, em consequência.

Agora, preparamo-nos para servir mais uma panacéia à população: a de que (mais uma vez) as eleições diretas de presidente irão salvar o País. Todas as aflições que

vivemos, segundo esse raciocínio tortuoso, decorrem não de uma acumulação sucessiva de erros e políticas praticados em algumas décadas, mas tão-somente ao presidente Sarney. E não exatamente por ele, mas pela circunstância de ele ter sido eleito por via indireta. Parece piada, mas não é. É exatamente o que está sendo repetido, com o ar mais solene, em todas as tribunas disponíveis no País.

Ao lado disso, serve-se também o unguento do parlamentarismo. A maior nação do Planeta, os Estados Unidos — que é também a maior democracia que já tivemos —, é presidencialista, desde sua fundação. No entanto, argumenta-se, nosso desenvolvimento não decola em função do regime presidencialista. O mesmo ocorre com o nosso regime democrático: ele seria incompatível com o presidencialismo.

Não é só: querem o parlamentarismo, mas sem eleições; elas viriam apenas para o Presidente da República. O atual Congresso, por ter sido eleito pelo voto direto, não precisaria de passar novamente pelas urnas. Ora, o Congresso foi eleito tão-somente para legislar, não para governar. Com o parlamentarismo, o Legislativo passa a ter funções executi-

vas. Nessas circunstâncias, o eleitor passa a adotar outro critério ao escolher candidatos. E entre estes devem estar presentes as vocações administrativas do País.

Portanto, é inconcebível pensar-se em mudar o sistema de Governo e não mudar a representação parlamentar. E ainda: é igualmente fundamental que se consulte a população, através de plebiscito.

Pessoalmente, sou favorável a que as eleições só se realizem em 1969. Assim, o País teria a calma necessária para cumprir, sem atropelos, o cronograma da transição — que não se esgota com a promulgação da futura Constituição, mas com a elaboração das constituições estaduais e a compatibilização de toda a legislação ordinária e complementar à nova ordem.

Mas, se a maioria entender que, antes disso, é preciso eleger um novo presidente, então não há saída: todo o quadro político deve ser zerado. Afinal, não apenas o Presidente, mas todos os que aí estão foram eleitos com base na velha e então já falecida Constituição. Se um não serve, não servem os demais.

Ex-ministro e ex-deputado, presidente do Centro de Apoio a Pequena e Média Empresas (Cebrae)

6 DEZ 1961
CORREIO BRAZILIENSE